

Seca: “Prevenir (os problemas) para depois não se ter que remediar e ir ao extremo”

2 de Março, 2022

Um novo agravamento da situação de seca meteorológica em Portugal já foi anunciado pelo IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) que, na mesma altura, dava conta que 90% do território nacional se encontrava em seca severa ou extrema a 15 de fevereiro. Face à problemática, o Governo e os municípios já estão a aplicar várias medidas de mitigação

No caso de Vila Nova de Gaia, os níveis de água da bacia hidrográfica do Douro não apresentam “sinais de alarme”, pelo que não há previsão de “qualquer problema de fornecimento de água” na cidade (ou na Área Metropolitana do Porto): “Não estão previstos quaisquer tipos de corte e/ou falhas de fornecimento de água ou na rede predial, pelo que não haverá qualquer falha de fornecimento de água quer nos clientes domésticos, quer nos não domésticos”. Ainda assim, **Eduardo Vítor Rodrigues**, presidente da **Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia**, não deixa de sublinhar a importância do “contributo coletivo que todos temos de dar” para mitigar o problema grave da seca severa que afeta o país e o mundo.

Apesar dos cenários não serem os mais pessimistas para a cidade, já foram dadas indicações à divisão de Ambiente para se atenuar o nível de rega: “Não fechamos a rega, mas regulamos os intervalos de rega para diminuir os consumos de água”. Enquanto aguardam pelo plano de ação da Área Metropolitana do Porto com as medidas a tomar, Eduardo Vítor Rodrigues refere que o município, de forma pró-ativa, tem desenvolvido, através da Águas de Gaia, um “sistema inteligente de rega” que atua com base na “humidade e nas necessidades” de rega, bem como a “substituição de bebedouros públicos por novos, mais eficientes”. A empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia têm ainda “trabalhado ativamente na promoção da eficiência hídrica da rede”, de forma a “diminuir o desperdício, pela via da redução de perdas de água e pela redução da água não faturada”, procurando assim consciencializar para a importância da promoção da poupança de água: “Implementado desde 2018, o projeto integrado de gestão de eficiência hídrica permitiu reduzir o desperdício de cerca de 10 milhões de metros cúbicos de água neste período de seca severa que o país atravessa”.

Relativamente às medidas ponderadas pelo Governo, nomeadamente, a aplicação de regras na lavagem de ruas ou na rega dos jardins, o autarca defende que a seca é algo que exige “medidas duradouras e não avulsas”, importando, para tal, “mudar hábitos e formas de atuação de uma forma estrutural para não andarmos com medidas paliativas” sempre que chove menos: “Infelizmente, a situação de seca que vivemos atualmente em Portugal não é resultado de um ano anormal, mas sim de uma tendência que se vem agravando nos últimos anos”. Para o presidente do município de Gaia, torna-se cada vez mais relevante entender que as alterações climáticas não são um problema do “urso polar”,

mas tocam na vida de todos: “Importa acompanhar estas alterações de mudanças nas próprias políticas públicas. Ou há a consciencialização de que não é um ano de azar, mas sim uma tendência longa, ou então, na verdade, estamos todos a iludir-nos”. Para tal, o autarca defende a importância de se “antecipar problemas e começar a consciencializar as pessoas” para que, depois, e já com os “factos consumados”, não se vá ao extremo de que se tem que consumir menos ou assumir medidas mais radicais: “Este é um processo que tem de ser gradual, mas é urgente”.

Como conselhos que podem e devem ser transmitidos aos cidadãos, Eduardo Vítor Rodrigues chama a atenção para a prevenção: “Achamos que os problemas são dramáticos quando estão a acontecer, mas não fizemos nada para os atalhar. E neste momento é fundamental – envolvendo não só o Estado central, mas também os próprios municípios, e mesmo os cidadãos – começarmos a prevenir para não termos, depois, e quando já for tarde, de remediar”. Questões como a “rega de jardins e o modelo de construção de jardins e de espaços públicos”, o “tratamento de águas residuais”, a “dessalinização”, o “ajustamento da agricultura e das espécies arbóreas”, a “educação para os consumos”, entre tantas outras, são assuntos urgentes e que envolvem diretamente os municípios e cada cidadão, remata.